

Na escuta dos discursos sobre as sexualidades.  
Desafiando para novos sentidos de cidadanias



## Na escuta dos discursos sobre as sexualidades. Desafiando para novos sentidos de cidadanias

Carmo Marques<sup>1</sup>  
Conceição Nogueira<sup>2</sup>

### Resumo

Esta comunicação pretende ser uma reflexão sobre os conceitos de cidadania e justiça social perante as reivindicações assumidas dentro do movimento feminista (levantadas pelos feminismos pós-modernos), do movimento LGBT - Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais -, e *queer*, pelo reconhecimento plural da diferença e, conseqüentemente, na imposição de novos sentidos para estes mesmo conceitos. Novos sentidos... onde a *exclusão* passe a ser *inclusão*, onde *universal* passe a ser *diferenças*, onde *unidade* passe a ser *diversidades*...

É um debate complexo e cheio de tensões... mas acima de tudo, evidência que encontrar novos sentidos é rejeitar dicotomias e complexificar as questões de opressão e dominação, presentes nas relações de género.

<sup>1</sup> Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, mestranda de Ciências da Educação, na área de Educação, Género e Cidadanias

<sup>2</sup> Departamento de Psicologia da Universidade do Minho

Perante a pluralidade de ser e de viver as sexualidades parece demasiado redutor e insuficiente continuar a analisar as relações entre géneros com base numa relação de poder dicotómica, em que uma é dominada e o outro é o dominador. Com a emergente pluralidade de identidades sexuais e, conseqüentemente, de novos movimentos sociais, surgem também novas leituras sobre as realidades, tal como o feminismo pós-moderno e a teoria *queer*, que pretendem (re)definir novos sentidos para os termos *cidadania* e *justiça social*, incluindo o direito à sexualidade, seja ela qual for.

A reinvenção do conceito de cidadania, emerge do facto de esta ser pensada de uma forma excludente sustentando-se num paradigma universal, masculino e heterossexual, *silenciando* vozes que se afastam desta normatividade. Várias vozes têm reclamado uma reformulação do conceito de cidadania de forma a incluir as suas identidades nos direitos civis, sociais e políticos que cada cidadão (e coloco no falso neutro, ou seja, no masculino, porque são exactamente as mulheres que mais se sentem excluídas na actual concepção de cidadania – como entidade universal, singular e abstracta) deve usufruir. Tal como afirma Helena Araújo (2002), a cidadania atribuída como universal não interessa às mulheres e deve ser/ é questionada, colocando em causa o pensamento de alguns teóricos da cidadania que “«(...) precisam de ser lembrados, ou mesmos convencidos, de que este conceito [que analisam como] ostensivamente neutro quanto ao género, é, de facto, profundamente genderizado» (Lister 1997:1), implicando realidades e vivências de exclusão de participação nas estruturas de poder político e de falta de reconhecimento das diferenças em variados aspectos da vida social.” (Helena Araújo 2002: 6).

O pensamento feminista, resultante das diferentes vozes que compõem o próprio movimento (lésbicas, *black feminists*, ...) têm desafiado novas potencialidades para a cidadania, articulando esta com o género, etnicidade, orientação sexual, classe e cultura. Sendo o movimento feminista o grande impulsionador neste desafio, actualmente, e com a emergência pública e política de novas identidades de sexualidade(s), o movimento LGBT<sup>3</sup> e *queer* vêm contribuir para a reformulação do conceito, reclamando também uma cidadania sexual, apelando e reivindicando que a discussão em torno da(s)

---

<sup>3</sup> Movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgenders

cidadania(s) também deve incluir as questões das sexualidades, tornando o debate em torno da cidadania muito mais complexo.

### **Homossexualidades no espaço escolar**

#### **Os discursos de jovens universitários sobre (a construção d) as suas sexualidades**

“Aqueles e aquelas que transgridem as fronteiras de género ou de sexualidade, que as atravessam ou que, de algum modo, embaralham e confundem os sinais considerados «próprios» de cada um desses territórios são marcados como sujeitos diferentes e desviantes. Tal como atravessadores ilegais de territórios, como migrantes clandestinos que escapam do lugar onde deveriam permanecer, esses sujeitos são tratados como infratores e devem sofrer penalidades (...). Possivelmente experimentarão o desprezo ou a subordinação. Provavelmente serão rotulados (e isolados) como «minorias». Talvez sejam suportados, desde que encontrem seus guetos e permaneçam circulando nesses espaços restritos. (...) Uma série de estratégias e técnicas poderá ser accionada para recuperá-los: buscando curá-los, por serem doentes, ou salvá-los, por estarem em pecado; re-educando-os nos serviços especializados, por padecerem de «desordem» psicológica ou pertencerem a famílias «desestruturadas»; reabilitando-os em espaços que os mantenham a salvo das «más companhias».” (Guacira Louro, 2004:87,88)

Esta comunicação surge enquadrada no mestrado de Educação, Género e Cidadanias, num processo de investigação ainda numa fase de problematização e reflexão teórica. Pretende constituir-se como um momento de partilha de questionamentos e reflexões, possível de colorir *a tela* em construção.

Sendo a sexualidade uma parte fundamental da vida das pessoas e estando presente em todas as dimensões da sua vida, consequentemente também está presente nas relações que se estabelecem no espaço escolar (pois este não é assexuado), tanto ao nível do vivido como ao nível das ideologias e representações sociais. Embora estas ideologias e representações possam não emergir no espaço escolar, este é permeável às mesmas, enformadas a partir das políticas sociais destinadas à família (utilizo o singular, sendo esta a família nuclear, porque todas as outras – recompostas, monoparentais – são consideradas como *deficitárias*) e à regulação da sexualidade. É nesta medida, na permeabilidade do escolar e do educativo à pressão da regulação (Estado) e emancipação (Movimentos Sociais), e na interpelação dos dois discursos, que procuro encontrar o foco da minha investigação.

Assumindo que os discursos sobre as sexualidades dos Movimentos Sociais LGBTs e Feministas são emancipatórios, ao dar-lhes voz, passa simultaneamente, pelo questionamento do campo educativo, que continuando a ser formalmente um espaço de regulação, e que mantém discursos e práticas normatizadoras, (re)produzindo preconceitos sexistas e heterossexistas, impedindo e obstaculizando a construção de uma cidade educativa aberta à pluralidade de vivências sociais e reconhecendo a diversidade daqueles e daquelas que a constituem, obstaculizando o direito a uma cidadania sexual.

A partir de uma abordagem qualitativa, e construindo uma intertextualidade entre os discursos sobre as sexualidades – o discurso regulador, o discurso emancipatório -, e por outro lado, a forma como jovens gays e lésbicas estudantes, em contexto universitário, se organizam ao nível discursivo para vivenciar as suas sexualidades, pretendo analisar como é que o espaço escolar influencia as vivências, quotidianos e aspirações de futuro (ao nível da família, conjugalidades, profissionalmente...) de jovens adultos(as), cuja forma de viver a sexualidade não se encontra dentro da *norma*. Assumindo o espaço escolar como regulador, a análise que me proponho a realizar permitirá perceber se no contexto educativo formal haverá espaços – físicos ou relacionais (sejam eles entre o grupo de pares, ou entre os(as) docentes, ...) que possibilitem a estes(as) jovens vivenciar e expressar a sua sexualidade sem constrangimentos e receios.

A pertinência desta investigação reside no facto de vivermos numa sociedade patriarcal e sexista, sustentada em dicotomias redutoras que pretendem invisibilizar a pluralidade de ser e de viver, negando o direito a uma cidadania plena. Dicotomias sustentadas no biológico - Homem/ Mulher -, e na *normalidade* – Heterossexualidade/ Homossexualidade -, que (re)produzem desigualdades e discriminações com base no género e na sexualidade, *negando* a todos e a todas aqueles(as) que não vivem dentro da normatividade – família tradicional, heterossexualidade... -, o direito de viver a sua sexualidade sem o *dedo acusador*.

Estas desigualdades e discriminações manifestam-se em todas as esferas da vida, ao nível profissional, social, privado... e como tal, também no contexto escolar, onde os sujeitos passam grande parte do seu percurso de vida. É neste sentido, que se torna pertinente ouvir jovens adultos, de ambos os sexos, homossexuais, a frequentar, ou que tenham frequentado, o ensino universitário, de como é que vivem a sua homossexualidade, desde que tomaram consciência da sua orientação sexual, durante o processo de formação escolar. Como é que estes contextos afectam e afectaram, sendo eles permeáveis aos discursos reguladores e emancipadores, a forma como vivem as suas sexualidades e as aspirações futuras – profissionais, de conjugalidade e de família.

Embora os discursos homofóbicos sempre tenham existido, com a emergência de dois factos, no decorrer de 2003, estes tornaram-se mais acesos, e simultaneamente mais visíveis – o debate sobre a adopção homo e o caso da Casa Pia, que suscitou o debate sobre a pedofilia associada à homossexualidade. Estes dois factos provocaram na opinião pública reacções, oriundas de várias vertentes, incluindo os próprios movimentos feministas e LGBTs, levando a um debate polémico e controverso, em que por um lado, emergem discursos defensores da família tradicional como família ideal ao direito à parentalidade, considerando que o casal homo não serve de modelo ao *bom* desenvolvimento das crianças, ao lhes ser negado *um pai e uma mãe*, e por outro lado, surgem os discursos que reivindicam o direito à parentalidade, sustentada numa maternidade ou paternidade desejada e não na orientação sexual dos progenitores. Relativamente ao debate sobre a pedofilia, vozes também se levantam a contestar a associação com a homossexualidade.

Assumindo um compromisso com os movimentos sociais feminista e LGBTs, a visibilidade dos discursos homofóbicos exige novos sentidos para a concepção de cidadania, tornando-a inclusiva e sensível à pluralidade de ser e de viver as sexualidades, deixando o paradigma universal, masculino e heterossexual que silencia vozes e vidas com base no género e na orientação sexual. Diante desta pluralidade de ser e de viver as sexualidades parece-me redutor e insuficiente continuar a analisar as relações de género com base numa relação dicotómica, socorrendo-me de novas grelhas de leituras sobre as realidades sociais.

É nesta procura que considero que os contributos dos feminismos pós-modernos, estudos gays e lésbicos e da teoria *queer* são importantes para a reformulação do conceito de cidadania, apelando e reivindicando que o debate em torno das cidadanias deve incluir a cidadania sexual, tornando-o mais complexo. Este debate, provocado pelos campos teóricos e políticos, atrás referidos, e tal como afirma Guacira Louro (2004)<sup>4</sup> é composto por afinidades e alianças, e simultaneamente, atravessado por tensões e divergências perturbadoras. No entanto, têm em comum o assumir as pluralidades, recuperando as diferenças e os silêncios enraizados pelos binarismos

---

<sup>4</sup> *Os estudos feministas, os estudos gays e lésbicos e a teoria queer como políticas de conhecimento*, comunicação apresentada no II Congresso Brasileiro de Homocultura, Brasília: 2004

homem/mulher, opressor/oprimida e heterossexualidade/homossexualidade, preocupando-se com os discursos que produzem as próprias sexualidades. Admito que os contributos da teoria *queer* me poderão suscitar *problemas*, pois destabiliza toda a estrutura de análise relativamente ao género e identidades sexuais, defendendo a instabilidade e fluidez, acabando mesmo por negar uma identidade ao sujeito, e defendendo que este toma diferentes e plurais posições ao longo da sua vida. Esta ausência de identidade parece causar alguns problemas aos movimentos sociais, pois acaba por negar o conceito de identidade e, conseqüentemente a razão de se tornarem colectivos identitários. Para os movimentos sociais feministas e LGBTs, as políticas de identidade parecem ser centrais para a afirmação gay e lésbica e feminista, no entanto, para os teóricos e teóricas *queer* “(...) uma política de identidade pode se tornar cúmplice do sistema contra o qual ela pretende se insurgir, na medida em que ela mantém como referência para construção de suas demandas ou de suas lutas à «norma», isto é, o sujeito masculino heterossexual.” (Guacira Louro, 2004)<sup>5</sup>. Para estes e estas teóricas(os) *queer* é “(...) necessário pensar, agora, numa política e numa teoria pós-identitária, que se voltasse não propriamente para as condições de vida de homens e mulheres homossexuais, mas que tivesse como alvo, fundamentalmente, a critica da oposição que, segundo suas análises, organiza as práticas sociais, as instituições, o conhecimento, as relações entre os sujeitos.”, levando a uma mudança epistemológica e política<sup>6</sup>. A articulação entre estes campos teóricos e políticos – estudos feministas pós-modernos, estudos gays e lésbicos e teoria *queer* - permitem criar um quadro teórico onde é possível “(...) desmanchar dicotomias, desconstruir binarismos, incluindo (...) as oposições supostamente sólidas, entre masculino/feminino, heterossexual/homossexual (...) promovendo novas políticas de conhecimento cultural (...) [além de promover] uma nova articulação entre sujeitos e objectos de conhecimento (...)” (Guacira Louro, 2004)<sup>7</sup>. Segundo esta autora, estes campos teóricos, além de levantarem novos temas ou novas questões no conhecimento, têm vindo a provocar transformações relativamente ao que está

---

<sup>5</sup> *Os estudos feministas, os estudos gays e lésbicos e a teoria queer como políticas de conhecimento*, comunicação apresentada II Congresso Brasileiro de Homocultura, Brasília: 2004

<sup>6</sup> Ibid.

<sup>7</sup> Ibid.

autorizado(a) a conhecer, ao que pode ser conhecido e como chegar ao conhecimento, desafiando

“(…) o monopólio masculino, heterossexual e branco da Ciência, das Artes, ou da Lei, as chamadas «minorias» se afirmam e se autorizam a falar sobre sexualidade, género e cultura. Novas questões são colocadas a partir de suas experiências e das suas histórias (...). Áreas e temáticas consideradas, até então, pouco «dignas» de ocupar o espaço e o tempo dos sérios académicos passam a ser objecto de centros universitários e núcleos de pesquisa. Sobre o mundo privado e do doméstico; sobre as muitas formas de viver o feminino e o masculino, a família, as relações amorosas, a maternidade e a paternidade, sobre o erotismo e o prazer, sobre a pornografia e as «perversões» fazem-se teses, escrevem-se livros(...) reinventam-se técnicas de investigação, valorizam-se «fontes» até então desprezadas (...) as transformações trazidas por esses campos ultrapassam o terreno dos géneros e da sexualidade e podem (...) levar a pensar, de um modo renovado, a cultura, as instituições, o poder, as formas de aprender e estar no mundo.”(Guacira Louro, 2004)<sup>8</sup>.

Suportando-me num paradigma de complexificação, crítico e emancipatório, que recusa uma leitura normativa da realidade social, o quadro teórico em que me sustento tem como referências o pensamento feminista pós-moderno, os estudos gays e lésbicos, a teoria queer, sustentados no pós-estruturalismo e análise do discurso. Estas abordagens negam uma verdade universal, e conseqüentemente as grandes narrativas, assumindo as pluralidades e subjectividades que constituem as identidades sociais, substituindo noções unitárias de homem e de mulher, e simultaneamente negando binarismos, complexificando as relações de poder que se estabelecem nas redes sociais. O feminismo pós-moderno e a teoria *queer* apostam na desconstrução de posições binárias presentes na formulação dicotómica de género e dos conceitos de heterossexualidade e homossexualidade impondo novas formulações teóricas nas questões de género e sexualidades. Relativamente à abordagem pós-estruturalista, esta permite olhar o mundo social como um espaço linguístico que as pessoas partilham, emergindo dessa partilha

---

<sup>8</sup> Ibid

relações de poder que se manifestam e contestam. O Pós-Estruturalismo considera a linguagem como o local onde as identidades podem ser desafiadas ou mudadas, pois a linguagem implica significados que estão em constante mudança, estando a experiência pessoal potencialmente aberta a uma infinidade de possíveis significados ou construções (Conceição Nogueira, 2001). A linguagem é, assim, a base para todo o pensamento, oferecendo um sistema de categorias para se dividir a experiência e lhe dar significado; os *selves* tornam-se produto da linguagem (ibid). É desta focalização e ênfase nas relações de poder no discurso que emerge a Análise do Discurso.

*Sofrendo* influências multidisciplinares, tais como a filosofia e a linguística, além de vários pensadores de diferentes nacionalidades como Foucault, Derrida, Lyotard, Kuhn e encontrando as suas raízes intelectuais nas críticas ideológicas provenientes dos debates dos(as) teóricos(as) críticos(as). Teóricas feministas, como Joan Scott, Judith Butler, Jane Flax, Teresa Lauretis, Guacira Louro... inspiram-se nos autores atrás referidos, estando engajadas com os conceitos pós-estruturalistas nas suas reflexões à volta do género e das sexualidades.

Constituindo-se como uma abordagem teórico/metodológica, a Análise do Discurso, vê o conhecimento localizado dentro das relações sociais, tendo a linguagem/discurso como a *chave* para a análise da realidade social, surgindo como alternativa a outras formas de investigar o social, constitui-se uma alternativa às metodologias convencionais e, essencialmente, alternativa às perspectivas que estão inerentes a essas mesmas metodologias, ou seja, implica um posicionamento teórico com pressupostos epistemológicos alternativos à epistemologia positivista. Este posicionamento fundamenta-se numa perspectiva crítica fundamentada na reflexividade e auto-questionamento, assumindo questões normativas, isto é de valores, e compromissos políticos, introduzindo “(...) de uma forma aberta e explícita a dimensão política, quer na definição e interpretação dos fenómenos estudados quer na forma como são abordados (...)” (Conceição Nogueira, 2001: 84). A sua preocupação reside em como a linguagem constrói os objectos, os sujeitos, a subjectividade e o *self*, estando completamente envolvida no processo de pensamento e compreensão, dirigindo as percepções dos

indivíduos e fazendo as coisas acontecerem, construindo e criando as interações sociais e os diversos mundos sociais

As metodologias a usar situam-se numa abordagem qualitativa que permita a intertextualidade entre o que *é dito* e o que *é vivido*.

Neste sentido pretendo realizar entrevistas abertas a jovens universitários de ambos os sexos e homossexuais, sobre a vivência da sua sexualidade no seu percurso escolar desde que tomaram consciência da sua orientação sexual, e como a vivência na escola influenciou ou influenciou as vivências e quotidianos, além das suas aspirações futuras, relativamente à dimensão profissional, de conjugalidade e de constituição de família (nesta dimensão, pretendo entrar com o debate sobre a adoção homo e o direito à parentalidade). Estas entrevistas pretendem *fazer falar* (constituindo-se a partir desses *ditos e falas* narrativas biográficas) estes e estas jovens sobre a forma como vivenciam e articulam discursivamente as suas sexualidades, num contexto que à partida é regulador, mas também permeável aos discursos emancipatórios dos movimentos sociais feminista e LGBTs. Sendo o contexto escolar também um espaço social onde se estabelecem relações, através dos discursos destes e destas jovens pode-se perceber se, sendo um espaço formal de formação, cria espaços, sejam eles físicos ou relacionais (entre os grupos de pares, docentes ou restantes sujeitos – auxiliares da acção educativa, administrativos...) onde se sintam bem, ou pelo contrário, onde sentem o peso da discriminação.

## **Bibliografia e fontes**

Abranches, Graça e Carvalho, Eduarda (1999), *Linguagem, Poder, Educação: o sexo dos B,A,BAs*, Lisboa, CIDM

Amâncio, Ligia (1994). Masculino e Feminino. A construção social da diferença. Porto: Edições Afrontamento, 2ª edição.

Arnot, Madeleine e Dillabough, Jo-Anne (2002). *Reformular os debates educacionais sobre a cidadania, agência e identidade das mulheres* in Revista *ex aequo*, nº7, Oeiras: Celta Editora.

Benhabib, Seyla. (1995). Feminism and Postmodernism: An Uneasy Alliance. Em *Feminist Contentions – A Philosophical Exchange*. New York and London: Routledge.

Benavente, Ana (1995), “Escola e Democracia. As desigualdades entre rapazes e raparigas, uma questão social”. In Aavv (1995), *Em busca de uma pedagogia da igualdade*, (Actas da I Universidade de Verão-Lisboa 1994), Lisboa, CIDM.

- Butler, Judith. (1995). *Contingent Foundations: Feminism and the Question of 'Postmodernism'*. Em *Feminist Contentions – A Philosophical Exchange*. (35-54). New York: Routledge
- Butler, Judith (2003). *Problemas de género. Feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira
- Fraser, Nancy e Nicholson, Linda. (1990). *Social Criticism Without Philosophy: an encounter between Feminism and Postmodernism*. Em Linda Nicholson (Ed.). *Feminism/Postmodernism*. (19-38). New York: Routledge.
- Fraser, Nancy (2002). *A justiça social na globalização: Redistribuição, reconhecimento e participação* in Revista Crítica de Ciências Sociais, nº 63, Outubro de 2002, Coimbra.
- Giddens, Anthony (1992) *Transformações da Intimidade, Sexualidade, amor e Erotismo nas Sociedades Modernas*, Oeiras, Celta
- Hall, Stuart (2002). *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A Editora
- Hartsock, Nancy. (1990). *Foucault on Power: a theory for women?*. Em *Feminism/Postmodernism*. Edited and with an introduction by Linda J. Nicholson. New York and London: Routledge.
- Henriques, Fernanda e Pinto, Teresa (1999), *Coeducação e Igualdade de Oportunidades*, Lisboa, CIDM
- Jeffreys, Sheila (1996). *La herejía lesbiana. Una perspectiva feminista de la revolución sexual lesbiana*. Tradução de Heide Braun. Edições Cátedra, Universidade de Valência.
- Louro, Guacira (1999). *Género, Sexualidade e Educação. Uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes.
- Louro, Guacira (1999) *O Corpo Educado. Pedagogias da Sexualidade*. Belo Horizonte, Autêntica.
- Louro, Guacira Lopes (2001). *Currículo, Género e Sexualidade*. Coleção Currículo, Políticas e Práticas, Porto: Porto Editora.
- Louro, Guacira Lopes (2002). *Feminilidades e masculinidades em transição* in Revista ex aequo, nº7, Oeiras: Celta Editora
- Louro, Guacira Lopes (2004). *Um corpo estranho. Ensaio sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica.

- Lister, Ruth. (1997). *Citizenship – Feminist Perspectives*. New York: New York University Press.
- Lister, Ruth (2002). *Cidadania: um desafio e uma oportunidade para as feministas* in Revista *ex aequo*, nº7, Oeiras: Celta Editora
- Magalhães, Maria José (1998). *Movimento Feminista e Educação*. Portugal, décadas de 70 e 80. Oeiras: Celta Editora
- Moita, Maria Gabriela (2001). *Discursos sobre a homossexualidade no contexto clínico. A homossexualidade de dois lados do espelho*. Tese de doutoramento em Ciências Biomédicas pela Universidade do Porto, Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar.
- MUNCIE, John e Margaret Wethrell (1997) “Family Policy and Political Discourse”, in MUNCIE, John, Margaret Wethrell, Mary Lagan, Rudi Dallos e Allan Cochrane (1999) *Understanding the Family. Family and social Policy*, Londres: Sage, pp 39-80.
- Nogueira, Conceição (2001). *Um novo olhar sobre as relações sociais de género. Feminismo e perspectivas críticas na psicologia social*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Preciado, Beatriz (2002). *Manifiesto contra-sexual. Práticas subversivas de identidade sexual*. Madrid: Opera Prima
- Santos, Boaventura de Sousa (1994). *Pela mão de Alice. O social e político na pós-modernidade*. Porto: Edições Afrontamento, 7ª edição, 1999.
- Silva, Tomaz Tadeu da (org.); Hall, Stuart e Woodward, Hathryn (2000). *Identidade e Diferença. A perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Vozes
- SEGAL, Lynne (1999) “A feminist Looks at the Family”, in John Muncie, Margaret Wethrell, Mary Lagan, Rudi Dallos e Allan Cochrane (1999) *Understanding the Family. Family and social Policy*, Londres: Sage, pp 295-321.
- Weeks, Jeffrey (1999). “O corpo e a sexualidade” in Louro, Guacira Lopes (org) (1999). *O corpo Educado. Pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Weeks, Jeffrey: Holland, Janet and Waites, Matthew (2003). *Sexualities and Society*. Cambridge: Polity Press

Artigos retirados da Internet

Bellucci, Mabel e Rapisardi, Flavio (s/d). *Alrededor de la identidad. Las luchas políticas del presente*. [www.nuevasoc.org.ve/n162/ensayo.htm](http://www.nuevasoc.org.ve/n162/ensayo.htm)

Monteiro, Marko (?). *O pós-estruturalismo no estudo do gênero*, artigo retirado da Internet [www.artnet.com.br/~marko/laymert.html](http://www.artnet.com.br/~marko/laymert.html).

Louro, Guacira Lopes (2004). *Os estudos feministas, os estudos gays e lésbicos e a teoria queer como políticas de conhecimento*, comunicação apresentada no II Congresso Brasileiro de Homocultura em Brasília, 2004. [www.ufrgs.br/faced/geerge](http://www.ufrgs.br/faced/geerge).

Swain, Tânia Navarro (2002). *Feminismo e lesbianismo: quais os desafios?* In Labrys, nº 1-2, Julho/Dezembro de 2002. [www.unb.br/ih/his/gefem/labrys1-2/femles.html](http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys1-2/femles.html)

Yépez, Martha Traverso (1999). *Os discursos e a dimensão simbólica: uma forma de abordagem à Psicologia Social*. Revista Estudos Psicológicos, vol. 4, nº1 Jan/Junho 1999, artigo retirado da Internet.